

Nos ministérios, frisson e desencontro de informações

Nas declarações de autoridades, recursos para investimentos poderiam atingir R\$ 41 bi

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O anúncio de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) estaria disposto a criar uma regra especial de contabilidade para investimentos do setor público, deixando de contar alguns deles como despesa, causou frisson na Esplanada dos Ministérios. No entanto, a área técnica estava ontem mergulhada num verdadeiro “samba do crioulo doido”, tamanho o desencontro de informações. Entre os técnicos, as interpretações sobre o que está sendo discutido em Washington eram as mais variadas.

A mesma confusão levou a uma série de projeções sobre quanto representaria em recursos a nova fórmula de cálculo.

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmou que poderia investir de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4 bilhões por ano. O presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, estimou novos investimentos de R\$ 7 bilhões. O vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Darc Costa, calculou que seria possível liberar uma carteira de R\$ 5,6 bilhões em investimentos, sendo R\$ 2,6 bilhões no setor elétrico e R\$ 3 bilhões em infra-estrutura. Eliminando-se a dupla contagem, a soma dos novos investimentos ficaria entre R\$ 12,6 bilhões e R\$ 14 bilhões.

Essa estatística não leva em conta outra proposta, defendi-

da pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, de deixar de contar como despesa os investimentos com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (Bird). A carteira com essas duas instituições chega perto de US\$ 9 bilhões, ou R\$ 27 bilhões, se for considerada a parte financiada por esses organismos e a contrapartida a ser paga pelo Brasil. Somando as declarações das autoridades do governo, a cifra poderia atingir R\$ 41 bilhões durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

No entanto, segundo informações da área técnica, a parcela a ser liberada é muito inferior a isso. “Não vamos enfiar o pé na jaca”, avisou um técnico da área econômica. Segundo essa fonte, nada será feito para prejudicar a redução da dívida

pública como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), hoje em 57,4%. Ou seja, o governo não vai deixar que os gastos das estatais comprometam o pagamento da dívida pública. E está disposto a li-

**‘NÃO
VAMOS
ENFIAR O PÉ
NA JACA’**

berar investimentos adicionais, mas dentro de critérios estritos, para não comprometer a credibilidade da política fiscal.

“É preciso tomar cuidado com a relação dívida/PIB, que é onde o mercado está olhando”, advertiu o consultor Raul Velloso. Ele comentou que as informações divulgadas ontem estavam “divergentes”. Na sua avaliação, porém, a nova regra fará pouca diferença no gasto público brasileiro. “Não consigo ver muito samba nisso.” Segundo Velloso, o Fundo não concordaria com regras que pusessem em risco a trajetória declinante da relação dívida/PIB.